

## **EXPERIÊNCIAS E AÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NA CAPITANIA DE PORTO SEGURO (séc. XVII)**

*EXPERIENCES AND INDIGENOUS POLITICAL ACTION IN THE CAPTAINCY OF PORTO SEGURO (17TH CENTURY)*

**Uiá Freire Dias dos Santos\***

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar a ação política indígena na Capitania de Porto Seguro ao longo da segunda metade do século XVII. Valendo-se da análise pontual de documentos diversos como autos, cartas, correspondências, carta patente, provisões e petições custodiadas pelo Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, buscamos evidenciar a agência indígena considerando a atuação dos índios como elemento fundamental para o processo de delimitação de avanços, limites e implementação das políticas de colonização da Coroa portuguesa entendendo, assim, a importância dos índios na história não somente à partir de uma perspectiva cultural.

**Palavras-chave:** política indígena; política indigenista; Capitania de Porto Seguro.

### **ABSTRACT**

This work aims at presenting and analyzing the indigenous political action in the Captaincy of Porto Seguro during the second half of the XVII century. Using the punctual analysis of various documents such as letters, letters patent, mails, charter, provisions and petitions guarded by the Overseas Historical Archive, National Library and National Archive of Torre do Tombo, we sought to evidence the indigenous agency considering the action of the Indians as a fundamental element for the process of delimitation of advances, limits and implementation of the colonization policies of the Portuguese Crown, thus understanding the indigenous importance not only from a cultural perspective.

**Keywords:** Indigenous politics; Indigenist politic; Captaincy of Porto Seguro.

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Estudos sobre a América Portuguesa – GEAP/UNEB – Campus XVIII. uiadias@yahoo.com.br

## **Introdução.**

O presente trabalho é produto do exercício de síntese de alguns elementos da ação política indígena na Capitania de Porto Seguro suscitados a partir da análise de dados levantados para o desenvolvimento de pesquisa em nível de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. De modo geral, o objetivo da pesquisa é analisar as experiências dos povos indígenas que habitavam o território da capitania em questão a partir das ações da política de colonização portuguesa naquela região.

Sendo assim, o texto não recorta experiências específicas, bem delimitadas de determinados grupos indígenas explanando, tão somente, elementos gerais da ação política indígena presente em documentação diversa e dispersa no tempo<sup>1</sup>.

Além do aspecto geral do texto mencionado acima, cabe mais uma advertência no sentido de alertar o leitor, sobretudo para os não habituados e pouco conhecedores da literatura em história indígena, da necessidade de uma apresentação e análise prévia de aspectos teóricos e metodológicos concernentes ao campo de estudo desenvolvido por nós tendo em vista pontuar elementos imprescindíveis como a dificuldade em acessar documentos escritos pelos próprios indígenas e a necessidade de uma leitura nas entrelinhas, à contra pelo, por parte do investigador, bem como sinalizar algumas mudanças de perspectiva de análise que dizem respeito aos impactos do contato como segue nas linhas seguintes.

Em 1957 Darcy Ribeiro publicou o clássico ensaio de etnologia *Uirá sai à procura de Deus*. O texto narra a história de um índio Urubu Kaapor<sup>2</sup> que, ao se deparar com o avanço da sociedade não indígena sobre a sua comunidade, entrou em desgosto, iniciou uma jornada em busca de Deus e, após uma série de desventuras, atirou-se ao rio Pindaré, no Maranhão, suicidando-se.

A saga de Uirá, segundo Darcy Ribeiro, serviu para ilustrar a agonia vivida por grupos indígenas após sofrerem o impacto do contato em que, na

---

<sup>1</sup> A documentação é composta por cartas de autoridades ao Governo-geral, consultas, autos, correspondências da Câmara, cartas de missionários, entre outras. Apesar da dispersão temporal, trabalhamos, em larga medida, com a primeira metade do século XVII.

<sup>2</sup> Segundo Darcy Ribeiro os Urubu Kaapor, à época da elaboração do ensaio, eram os últimos remanescentes da cultura Tupi. Viviam no Maranhão.

maioria dos casos, exerceu efeito dissociativo sobre as práticas tradicionais desses povos (RIBEIRO, 2016, p.13). Em certa medida, o caso servira para ilustrar os efeitos nocivos do contato forçado, analisar conceitos de civilização e expor a experiência de grupos que perdem a vontade de existir quando sua realidade é transformada de forma radical.

Entretanto, apesar da intenção de denúncia, necessária e fundamental, a ideia de morte associada ao contato deixa emergir a compreensão comum entre antropólogos e historiadores de que a partir do contato e conseqüente processo de aculturação os grupos indígenas, sobretudo seus repertórios culturais, desapareceriam. Para completar o quadro geral de entendimento do assunto, que vigorou fortemente como perspectiva de análise até o início da década de 1970, a vitimização do índio pouco permitia enxergar a agência indígena em diversos momentos e contextos impostos pelo avanço da conquista no período colonial e durante o processo de consolidação do Estado nacional, pouco inclinado a reconhecer singularidades e diferenças. Nesse sentido, o contato contínuo significava aculturação, morte, ou seja, índio em convívio com não-índio era índio morto.<sup>3</sup>

Para historiadores brasileiros, a crença geral na inexistência de um grande repertório de fontes documentais capaz de permitir o acesso a trajetória histórica desses povos tornou a temática desinteressante e consolidou a ideia geral de que o estudo das populações indígenas era da alçada exclusiva dos antropólogos.

Não obstante, a emergência de um paradigma diferente veio à tona a partir da década de 1970 e ganhou fôlego a partir do final da década de 1980 sobretudo em função da emergência do movimento indígena e da promulgação da constituição de 1988 que previa, em lei, direitos reservados como a continuidade do ensino na língua tradicional, respeitando os aspectos culturais do povo como projeto pedagógico, direito ao reconhecimento e demarcação de terra e outras conquistas dos povos indígenas do Brasil.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Grande parte da produção de estudos na área da antropologia ligados a análise dos povos indígenas brasileiros pode se enquadrar na escola funcionalista, como o trabalho clássico e monumental de FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

<sup>4</sup> Seguiremos a argumentação de John Manuel Monteiro ao apontar as novas perspectivas teóricas a partir dos estudos pós estruturalistas em que se destacam as contribuições dos estudos de Aldo Rosado, Marshall Sahlins e outros antropólogos. Segundo Monteiro, a guinada mudou o sentido do

Do ponto de vista teórico e metodológico, o diálogo com a antropologia a partir de estudos pós-estruturalistas possibilitou estabelecer novas perspectivas de análise dinamizando a trajetória de povos diversos e entendendo cultura, etnicidade, identidade, resistência e negociação como produto da experiência histórica buscando romper com o binômio resistência/aculturação.<sup>5</sup>

Entretanto, nossa entrada se dará pelo conceito de experiência em Thompson<sup>6</sup> e utilizaremos os procedimentos metodológicos a partir da clássica aproximação entre a história social e a micro-história em função da problematização e dos objetivos específicos do trabalho que é a análise da agência indígena na capitania de Porto Seguro. Fugindo de tentar relacionar o impacto do avanço da colonização sobre os povos indígenas e as formas de atuação dos grupos indígenas que ocupavam o território da Capitania de Porto Seguro de forma mecânica, o horizonte é tentar entender algumas experiências considerando sempre o resultado como produtos históricos, políticos, culturais e econômicos.<sup>7</sup>

A seleção do grupo de fontes e séries documentais analisadas ao longo do trabalho, bem como o objetivo específico, será norteadas por perguntas orientadas pela problematização da pesquisa que tem como ponto central o impacto das principais diretrizes impostas pelo Estado português no âmbito da

---

contato do etnocídio para a etnogenese na medida que as relações interétnicas configuram, influenciadas pelo contexto, novas identidades, substituindo a ideia de aculturação e extermínio étnico como algo intrínseco ao contato. Cf. MONTEIRO, John Manuel. Do etnocídio a etnogenese. In: *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia). UNICAMP, SP, 2001.

<sup>5</sup> Os estudos atuais tem considerado os aspectos dinâmicos e relacionais no que diz respeito a identidade e etnicidade. É importante lembrar que esse aspecto comum não eliminou divergências entre as diversas perspectivas teóricas. Na verdade, o aporte teórico e metodológico em comum concentra-se na crítica às abordagens primordialistas e essencialistas. Para acessar um bom panorama das produções atuais é importante conferir POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, pp. 123-140.

<sup>6</sup> Segundo Edward Palmer Thompson, levando em consideração a experiência, “os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, ‘individuos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” Cf. Thompson, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 183.

<sup>7</sup> Buscamos, então, perseguir os meandros do vivido fugindo, assim, de modelos interpretativos fechados e que pouco privilegia a agência dos sujeitos a partir das possibilidades de interação percebidas pelos atores sociais em diferentes contextos. Assim, circunscrever bem o objeto é indispensável e, portanto, pode ser o maior desafio por ser o caminho mais viável para entender as relações dos indivíduos ou grupos de forma complexa e em diferentes contextos sociais. Cf. GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, pp. 169-178.

conquista e colonização para os povos indígenas e as formas em que grupos diversos atuaram, se inseriram ou repulsaram o avanço do contato forçado entendendo, por outro lado, a contribuição indígena para a dinâmica social, econômica e política na Capitania de Porto Seguro. O acesso à problemática e análise posterior será iniciado a partir de trajetórias de alguns grupos indígenas levando em consideração a interação da ação dos sujeitos e o contexto, cenário ou chão social construído a partir do cruzamento de informações diversas contidas em textos historiográficos, relatos e documentos escritos.

Em função da dificuldade em acessar fontes escritas por indígenas ao longo do período colonial, será forçosa a leitura nas entrelinhas de documentos produzidos por diversos sujeitos, em sua grande maioria não índios, como autoridades régias, colonos, funcionários da administração colonial, missionários, oficiais da câmara entre outros personagens envolvidos na trama da colonização do território em foco. Dessa forma, a leitura a contrapelo e atenção ao detalhe, ao que não fora escrito explicitamente e aos indícios diversos da atuação política consciente dos indígenas será o norte no que diz respeito ao trabalho metodológico.<sup>8</sup>

### **Resistência, ação política indígena e inserção na Capitania de Porto Seguro.**

Na primeira metade do século XVII, ao que as fontes indicam, a Capitania de Porto Seguro contava com um povoamento português rarefeito. Com uma vila e poucas povoações, os documentos dão conta de que se tratava de um lugar pobre, pouco inserido no mercado de açúcar, todavia, ligado ao mercado internacional por meio da atividade extrativista de pau-brasil. O modo como se operava o negócio da madeira tintorial não foi favorável ao desenvolvimento daquele espaço colonial. O controle militar, fiscal e o monopólio da Coroa direcionavam os rendimentos para o reino proporcionando reduzidíssima acumulação endógena e pouca inversão de capital. De acordo com os oficiais da Câmara de Porto Seguro, “a pobreza desses seus vassalos [era] tanta pelas

---

<sup>8</sup> Nesse sentido, “escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas”. Cf. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

guerras passadas que os tapuias nos fizeram pondo tudo a fogo e a sangue que de quatro vilas que tinha esta capitania ficou em uma só com menos de cem vizinhos”<sup>9</sup>. Segundo o capitão-mor em exercício, Paulo Barbosa, no ano de 1645 “não havia mais de ter sessenta vizinhos ou mais e pod[ia] haver até cem”.<sup>10</sup> Em outro documento, o capitão afirmou que na Vila de Nossa Senhora da Pena havia “uma igreja com uma casa em que assist[ia] um padre da companhia e um irmão” e que em Porto Seguro tinha “muito boas terras para todo o gênero de lavoura” e que houvera “dezoito engenhos que faziam muito açúcar e com a guerra que deu o gentio se despovoou”.<sup>11</sup>

A essa época, além da Vila de Nossa Senhora da Pena, a capitania contava com as povoações de Santa Cruz (ao Norte) e a povoação do Rio das Caravelas (ao Sul). As aldeias administradas pela Companhia de Jesus eram duas: Espírito Santo (atual distrito de Vale Verde) e São João Batista (atual distrito de Trancoso).

Reiteradas vezes, a participação indígena acompanha a documentação atentando a importância indígena e o seu protagonismo na capitania desde a sua criação no século anterior ao de nosso estudo. Os levantes em aldeamentos e ataques de índios não aldeados foi constante e estava ligado ao modelo de exploração do trabalho imposto pela colonização. Para gerenciar os conflitos e regulamentar a inserção dos povos indígenas, a Coroa portuguesa elaborou uma legislação indigenista que levava em consideração, a grosso modo, duas categorias de índio: os índios “colaboradores” ou “amigos” – que aceitavam e se integravam ao projeto colonial, podiam obter o *status* de súditos do rei, eram livres, e os índios “inimigos” – considerados bárbaros e selvagens, não aceitavam o projeto de colonização, sendo passíveis, portanto, de escravização por guerra justa. As justificativas para a guerra contra grupos indígenas seriam

---

<sup>9</sup> REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo Barbosa, reitor do pau-brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, Capitania de Porto Seguro, 23 de agosto de 1645. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 10, Doc. 1134.

<sup>10</sup> CARTA de Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., sobre as necessidades daquela capitania e queixando-se contra os oficiais da Câmara que o prenderam e afrontam; refere-se aos jesuítas e negócio que fazem do pau-brasil. Porto Seguro, 8 de fevereiro de 1647. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 10, Doc. 1239.

<sup>11</sup> CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da Capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., dando conta da sua viagem desde Setúbal, a 29 de dezembro de 1644, Ilha de Madeira até a Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeira, etc. (Cópia). Bahia, junho de 1645. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 10, Doc. 1160.

a “recusa a conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados portugueses e a quebra de pactos celebrados” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 115).

Outra frente da colonização, no que diz respeito aos índios, deu-se a partir da atuação de missionários na colônia. De acordo com Charlotte Castelnou-L'Estoile, “os jesuítas foram escolhidos pelo rei para proceder a conversão dos índios, que é ao mesmo tempo a justificação original, teológico-política, da dominação portuguesa” (2006, p. 18).

A atuação de inacianos na Capitania de Porto Seguro data de 1550 a partir do trabalho realizado pelos padres João Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires, Afonso Braz e Ambrósio Rodrigues. Como ocorreu em toda a América portuguesa, a estratégia inicial consistia no estabelecimento de missões itinerantes para pregar e realizar a conversão dos índios em suas aldeias. Logo que chegaram, os jesuítas fundaram uma ermida localizada a pouco mais de uma légua ao Sul da Vila de Porto Seguro.<sup>12</sup> A ermida era o principal ponto de referência e apoio dos inacianos nos primórdios da atuação dos missionários. Normalmente, os inacianos se apoiavam na igreja e de lá partiam para visitar aldeias que ficavam ao Sul, Norte e Oeste. O padre Navarro relatou que “dali ia visitar algumas aldeias ao derredor. Segundo ele, “indo uma vez me houvera de afogar em um rio em o qual a pouco tempo que se afogou um grande de Santo Antônio que ia desta mesma capitania pregar no sertão” (NAVARRO, 1931, p.69). Da casa, partia-se também para “dizer missas e pregar as festas nos domingos nas vilas, estando cada uma delas a cerca de duas milhas da casa” (PIRES, 1931, p. 141). E ainda, se reuniam “aos sábados os habitantes de duas ou três vilas, entre os quais demora a dita igreja, pelo que está o seu tanto exposta aos perigos da guerra que repetidas vezes fazem os índios que são inumeráveis contra os cristãos”.

Entretanto, as dificuldades de catequese em função da reincidência indígena em seus costumes será motivo de preocupação no tocante a eficácia da política das missões itinerantes.<sup>13</sup> Ao comentar o assunto, em carta já citada

<sup>12</sup> Trata-se da igreja de Nossa Senhora d'Ajuda, no atual distrito de Arraial d'Ajuda.

<sup>13</sup> Para um debate mais profundo sobre o assunto, conferir CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mãmoro e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002, pp. 183 – 264.

acima, Ambrósio Pires escreveu que em Porto Seguro se fazia o “mais minguido fruto do que desejáramos, por ser em extremo difícil tirá-los das guerras e do costume” (PIRES, 1931, p. 141). A situação de conflito, todavia, perdurou por todo o processo de colonização nos âmbitos material e espiritual. No que toca a questão da utilização da mão de obra indígena, a continuidade dos saltos em busca da aquisição de escravos continuou e as revoltas não cessaram. O padre Nóbrega, em carta de 1559 ao Governador-geral, denunciou que “os índios de Porto Seguro e Ilhéus nunca se venderam, mas os cristãos lhes ensinaram que aos do sertão, que vinham fazer sal ao mar, os salteassem e vendessem” (NÓBREGA, *apud*, FREITAS E PARAÍSO, 2001, p. 16).

O excesso de violência ao longo de uma série de ações impostas aos índios durante o governo de Men de Sá (1557 – 1572) fez com que os inacianos aceitassem o uso da força para promover o aldeamento forçado e a catequização. Essas ações forçaram os índios a aceitar o aldeamento como saída para a sobrevivência. Todo esse processo impôs à Companhia de Jesus mudar de estratégia e adaptar sua forma de atuação na América portuguesa. Assim, “os jesuítas do Brasil inventaram então o aldeamento, isto é, uma aldeia de evangelização onde eram reunidos índios de origens diversas com os quais residiam os missionários” (CASTELNOU-L’ESTOILE, 2006, p. 19). Com essa mudança a missão deixou de ser itinerante e passou a ser fixa. Segundo José de Anchieta, na segunda metade do século XVI, Porto Seguro contava com “2 aldeias de índios da doutrina a 5 léguas, de que nossos tem particular cuidado, e outras 7 ou 8 aldeiasinhas a 4, 5 e 6 léguas por terra e 2 ou 3 engenhos de açúcar junto delas, as quais acodem de quando em quando” (ANCHIETA, *apud*, ACCIOLI E AMARAL, 1919, p. 407). Além das aldeias, a Companhia de Jesus mantinha uma casa<sup>14</sup>, vinculada ao Colégio da Bahia.

---

<sup>14</sup> Segundo Charlotte de Castelou-L’Estoile, as casas processador eram satélites dos colégios e dependiam destes. Assim, “as residências de Ilhéus e Porto Seguro eram tributárias do Colégio da Bahia. Contrariamente aos colégios, as residências não possuíam bens próprios: seus jesuítas viviam de doações, e os colégios lhes forneciam os bens que as doações locais não podiam oferecer. O reitor do colégio nomeava o superior da casa, é o provincial de ia visitá-la regularmente. Cada uma das residências tinha no máximo uma dezena de jesuítas, em geral até menos, especialmente por razões econômicas. Estavam situadas em centros secundários – que contavam com uma centena de portugueses – ou geograficamente recuados. Possuíam uma escola elementar para ensinar aos filhos dos portugueses a leitura e a escrita”. Cf. CASTELNOU-L’ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580 – 1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 54.

Maior convívio com os europeus, imposição do sedentarismo e de estilo de vida baseado em uma organização social completamente diferente com o objetivo de desarticular os padrões organizacionais indígenas foram as implicações da política de aldeamento. Associado a esses elementos as epidemias de doenças infectocontagiosas provocaram destruições em massa assolando aldeamentos por todas as partes da América portuguesa.

Externamente, a limitação do acesso a mão de obra, que passou a ser intermediada pelos padres da Companhia de Jesus, era, na grande maioria dos casos, uma solução insatisfatória e indesejada, pois, para os colonos era mais interessante dispor de braços controlados por eles de forma integral e direta.

Para os índios, a incompatibilidade cultural vivida em espaços diferentes, com organização do tempo, imposição de trabalho administrado, convivência forçada com outras etnias e religião muito díspares das de suas origens eram motivos de fugas. A pressão dos colonos e os ataques aos aldeamentos para a captura de mão de obra tornavam esses lugares em zonas de intenso conflito.

Ainda assim, o padre Fernão Cardim, em passagem pela capitania na última década do século XVI, narrou que havia duas aldeias sob administração da Companhia de Jesus uma por nome São Mateus, não indicando a sua localização, e outra junto a um rio caudal próximo a Vila de Santa Cruz. Relatou, também, que as aldeias contavam com mais de 200 almas e que os padres visitavam mais cinco ou seis aldeias (CARDIM, *apud*, ACCIOLI E AMARAL, 1919, p. 420).

Ao final do século XVI, não fugindo a série de conflitos envolvendo colonos e jesuítas em função da mão de obra indígena em outras capitanias da América portuguesa, os inacianos foram expulsos da Capitania de Porto Seguro em 1602. Com a expulsão, os aldeamentos foram administrados por funcionários da Coroa que eram nomeados pelo governador-geral. Essa situação contribuiu para agudizar os conflitos entre os colonos por índios para trabalho. Nesse caso, o grande problema era o abuso da utilização de mão de obra indígena causadora do aumento de fugas, conflitos e diminuição da população dos aldeamentos como ocorreu após a expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e da Vila de São Paulo na década de 1640 (PINHEIRO, 2007, p. 67). De acordo com Pablo Magalhães, “na Capitania de São Vicente, com a expulsão dos jesuítas da

Vila de São Paulo em 1640, o número de índios aldeados foi reduzido cerca de 90% em apenas 12 anos” (2010, p. 148).

Em meio a esse contexto de pressão, a primeira década do século XVII foi marcada por revoltas e ataques indígenas nos aldeamentos da Companhia de Jesus ao longo do um vasto território, sobretudo entre as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Os indícios documentais apontam ataques coordenados nos aldeamentos em função das mudanças de administração a partir da saída dos inicianos da direção dos aldeamentos. A gravidade do problema foi tão grande que necessitou pedido de socorro aos padres que administravam aldeias em outras partes da América portuguesa como atesta o auto do capitão e sargento-mor, Diogo do Campo Moreno:

Porque esta capitania está tão desbaratada do gentio da terra pedem os oficiais a sua senhoria lhes faça mercê de alguns principais dos índios que os padres da Companhia podem com facilidade fazer vir das aldeias de outra parte a esta que tem a cargo pois bem a necessidade que aqui há de defesa e serviço.<sup>15</sup>

A capacidade de articulação de levantes, a adesão dos aldeados e a propagação dos movimentos rebeldes deixa claro a ação política consciente entre os índios. Outro elemento importante tem conexão com a organização social e cultural dos grupos indígenas, sobretudo, os pertencentes a família macro-tupi. A porção litorânea entre as Capitanias de Porto Seguro e Ilhéus era povoada por grupos tupinikin e tupinambá. A importância da guerra estava associada a constituição e afirmação de liderança política e espiritual entre os chefes Tupi (MONTEIRO, 1994, p. 26).

Para os grupos Tupi, a ascensão de uma liderança estava permeada pela necessidade de demonstração de competências múltiplas. Segundo Renato Sztutman (2006, p. 112), o sucesso de um homem “dependia, além da capacidade de proferir palavras e dispor de bens, do sucesso no campo da guerra”. A essa grande liderança era conferida uma extensão, “que emprestava seu nome inclusive para designar lugares e acompanhava a extensão da própria sociabilidade, que poderia ganhar um espaço supralocal, constituído pela

---

<sup>15</sup> AUTO que mandou fazer o capitão e sargento-mor Diogo de Campos Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus, e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Vila de São Jorge, Rio dos Ilhéus, 5 de abril de 1610. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 10, Doc. 1.

aliança, orientada para a guerra, entre diferentes grupos locais” (SZTUTMAN, 2006, p. 113).

A considerável abertura para a aliança voltada para a guerra bem como a possibilidade de adesão entorno de uma grande liderança parece ter colaborado para os múltiplos levantes ocorridos entre a Capitania de Porto Seguro e a de Ilhéus na primeira metade do século XVII. Infelizmente, por motivos diversos, não é possível acessar, na documentação compulsada, o registro da atuação de muitos sujeitos que podem ter atuado nesses eventos do início dos seiscentos. Felizmente, algumas pistas, pescadas da leitura atenta nas entrelinhas da documentação, revelam a atuação de alguns sujeitos. É o caso de Sebastião, conhecido pelo nome indígena como Ibirapuã. Foi possível acessar os vestígios de sua atuação a partir da análise do relatório elaborado pelo sargento-mor Diogo do Campo Moreno, datado de 1610.

Segundo o relatório, consta o pedido para que “um negro por nome Sebastião que veio de Porto Seguro por nome Ibirapuã que se achou no alevantamento eles ditos padres o mandassem daqui para a Bahia ao padre provincial”.<sup>16</sup> Ibirapuã deveria ser recebido pelo provincial do Colégio da Bahia para que fosse posto “em parte” porque a sua vista causava escândalo.

É possível que o temor pela publicidade de Ibirapuã revele a sua atuação como líder político e pela potencial adesão dos grupos em que ele esteve em contato ao longo do tempo de sua atuação. Outro detalhe importante e que pode ser suscitado pelo relato é a capacidade de articulação e propagação dos levantes. Ao que parece, nosso personagem, atuou em movimentos em duas capitanias tendo papel relevante ao ponto de ser transferido para a Bahia por medida de segurança. O fato também foi narrado por Serafim Leite (1938, p. 295) e de acordo com o jesuíta, “em 1610, sucedeu o grande ataque dos Índios a Porto Seguro, intervindo os jesuítas da Bahia, para que se socorressem eficazmente os sitiados”.

Certamente os dois relatos tem conexão com os eventos envolvendo a prisão de Sebastião. O fato é que esse contexto fez com que os colonos mudassem de ideia passando a solicitar o retorno dos padres da Companhia de

---

<sup>16</sup> AUTO que mandou fazer o capitão e sargento-mor Diogo do Campo Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus, e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Vila de São Jorge, Rio dos Ilhéus, 5 de abril de 1610. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 10, Doc. 1.

Jesus para administrar aldeamentos na capitania. O retorno dos inacianos se deu no Natal de 1621.

Contudo, o período de conflitos agudos entre índios e colonos provocou impacto negativo sobre a população dos aldeamentos gerando a necessidade de recomposição do número de índios administrados. De acordo com os oficiais da Câmara da Vila de Porto Seguro, em 1645, “os índios [daquela] capitania [eram] pouco mais de quarenta casais”<sup>17</sup> representando um quadro de esvaziamento decorrente de quase duas décadas de conflito no início do seiscentos.

É importante salientar a ação política indígena contrária ao regime de trabalho nos aldeamentos imposto pelos colonos. O resultado do processo de revoltas pode revelar a opção de índios por um mal menor que seria a administração dos aldeamentos por missionários inacianos.

Outra questão relevante diz respeito a relação dos levantes com os Aimorés, presente, repetidas vezes, nos documentos deixados pelos agentes da colonização na Capitania de Porto Seguro. Apesar de nos parecer preponderante, segundo a análise dos registros documentais, a atuação de índios já inseridos na dinâmica da colonização torna-se imprescindível pensar o motivo da reiteração da guerra e destruição que faziam os Aimorés em Porto Seguro no relato dos moradores. Certamente, a associação dos Aimorés como o fator de destruição e estado de guerra por que passou a capitania pode ocultar a demanda por recomposição da população das aldeias e, conseqüentemente, da oferta de mão de obra a partir de descimentos justificando, então, a possibilidade de guerra justa.

Em 28 de novembro de 1646, o então capitão-mor, Paulo Barbosa, escreveu uma carta relatando que a capitania andava “em bandos” e “com muito risco”. Na ocasião, contou que,

a semana antecedente se tomaram dois índios, um macho e uma fêmea a quem nem os alarves, nem aqueles índios entendem a língua, deve ser gente nova; contentou aos alarves que os tinham, por os não comerem, e os entregou a um principal de uma aldeia dos nossos, a ver se há quem os entenda, e se tiver notícia de

---

<sup>17</sup> REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício expor uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de agosto de 1645. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 10, Doc. 1134.

mais, verá se os pode fazer descer, que será grande proveito para aquela terra, e serviço de Vossa Majestade.<sup>18</sup>

Certamente, o recurso aos descimentos contava com o apoio dos jesuítas e estava ligado a recomposição dos aldeamentos e da manutenção da atividade extrativista de pau-brasil. A atividade extrativista era a principal empresa ligada ao mercado colonial e contava com o trabalho indígena. De suma importância para o negócio, os índios eram responsáveis por percorrer o interior da mata, localizar, derrubar, trabalhar no falquejo e transporte da madeira até as embarcações. Nos aldeamentos, o trabalho era pago por jornada de trabalho, muito provavelmente, realizado a partir de objetos que serviam como moeda de troca. De acordo com a carta patente do capitão Barbosa, datada de 3 de agosto de 1644, a utilização da mão de obra indígena para a fábrica e condução do pau-brasil deveria ser feito “pagando-lhes-lhes seu trabalho conforme o uso e costume da terra”.<sup>19</sup>

A concepção inaciana de que o índio era um papel em branco que precisava ser moldado e preenchido encontrou, segundo Luís Felipe Baeta Neves (1978, p. 87), relação com a oposição ócio/trabalho na medida em que “uma das expressões deste papel em branco e[ra] a ausência de trabalho”. Nesse sentido, os aldeamentos eram espaços que tinham uma dinâmica não só voltada para a catequese, mas, também, para o trabalho e o aprendizado de ofícios como carpintaria, construção civil e naval, dentre outras atividades. Em Porto Seguro, os índios aldeados atuavam em uma série de atividades como atesta um documento sobre a chegada de um capitão a capitania. Segundo informações do reverendo superior da Companhia de Jesus, quando da chegada do capitão, ele fora “as aldeias e fez tirar muita estopa de embira para conserto do navio, mand[ara] fazer pelos índios, a sua custa, uma casa para agasalhar o sal, lhe mand[ara] cercar de taipa de mão uma casa para o capitão e lhe deu três índios que pescassem e quatro serradores”.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o procedimento do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da capitania de Porto Seguro acerca do que tem obrado no serviço real. Lisboa, 30 de abril de 1647. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 11, Doc. 1254.

<sup>19</sup> ALVARÁ de capitania de mar e guerra do Navio Santo Antônio. ANTT – Registro Geral de Mercês. Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 376-377.

<sup>20</sup> PETIÇÃO, do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia Somáticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. S. l. n. d. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 10, Doc. 1136.

Além de lugar de negociações, conflitos e trabalho, o aldeamento era um espaço de liberdade, apesar de todos os limites da relação entre o termo e a realidade seja muito mais complexa, possibilitando ao índio ser enquadrado na condição de súdito do monarca. Nessa perspectiva, essa condição facultou experiências individuais de serviço com expectativas de melhor inserção e até ascensão social como no caso clássico de Felipe Camarão que chegou a receber mercê da ordem de Cristo e se tornar capitão-mor na Capitania de Pernambuco.

Na capitania de Porto Seguro, acessamos o caso de Miguel, carpinteiro da Companhia de Jesus. Miguel, a serviço da Coroa, percorreu a mata com o objetivo de identificar e mapear caminhos de acesso a espécies da mata atlântica com possibilidade de exploração para fins comerciais. Após dois anos de pesquisa na mata, Miguel revelara uma série de árvores de beijoim. O fato levou o Conde de Castel Melhor, então governador-geral da América portuguesa, a escrever ao capitão-mor de Porto Seguro afirmando ser “materia tão importante [e] conv[inha] averiguar-se a parte donde este índio achara estas arvores.”. O conde solicitou ao capitão que procurasse o indígena “e com ele as mand[asse] descobrir pelas pessoas que achasse de maior inteligência e confiança, oferecendo ao índio particular satisfação e prêmio de seu serviço”.<sup>21</sup>

Integrado ao processo de colonização e dominando um ofício, Miguel seguiu outro caminho, muito diverso do que os que integraram levantes coletivos. Individualmente, entendeu e resolveu explorar os dispositivos legais de inserção e ascensão social postos pela colonização portuguesa. Sua experiência, corrobora para a compreensão das múltiplas formas de ação indígena ao longo do processo de conquista.

Como observou Edward Palmer Thompson, a experiência histórica associada aos contextos revela processos históricos de forma mais fiel do que o caminho inverso, ou seja, a construção de quadros teóricos essencialistas distorce e até mesmo oculta possibilidades diversas de análise a partir da ação real dos sujeitos (THOMPSON, 1981, pp. 182-183). Assim, é possível pensar os povos indígenas não somente com vítimas ou algozes e sim integrantes do

---

<sup>21</sup> CARTA para o capitão-mor da Capitania de Porto Seguro sobre o beijoim e cravo. DH-BN. Cartas Régias. Códice I, p. 56.

processo, se relacionando com ele de múltiplas formas, de acordo com a experiência de cada grupo ou cada indivíduo.

Ademais, se por um lado, sobretudo em situações de conflito, El-Rei solicitava a autoridades régias que tratassem os colonos com “suavidade e brandura”<sup>22</sup>, por outro, a sua condição de senhor das terras de aquém e de além-mar não pode ser desprezada. De certo modo, pensar na manutenção de um império vasto e diverso requer, sem dúvidas, levar em consideração negociação, concessões e soluções heterogêneas em função de contextos e realidades específicas. Todavia, não é muito prudente esquecer que a finalidade da negociação e fluidez em algumas medidas, certamente, tinha como objetivo manter os domínios imperiais.

Do ponto de vista dos colonizadores – capitães donatários ou não – o esforço para fazer girar a produtividade e circular riquezas foi hercúleo. Administrar e impor um sistema de trabalho a grupos heterogêneos e com múltiplos interesses, como bem representou Linebaugh (2008), pode ser entendido como a luta de Hércules contra a hidra de muitas cabeças. No processo de colonização, os diversos grupos de trabalhadores e demais governados “desenvolveram entre si novas formas de cooperação contra [os] dirigentes, que iam de motins e greves aos tumultos, levantes e revoluções” (LINEBAUGH, 2008, p. 12).

### **Considerações finais**

Pouco inserida na indústria do açúcar e intensamente ligada à atividade extrativista de madeira, a capitania esteve quase sempre dependente do trabalho e dos conhecimentos etnobotânicos dos índios. Assim, a dinâmica da colonização de Porto Seguro foi marcada pela atuação indígena desde os processos de integração, negociação e resistência frente aos avanços da colonização e às experiências impostas pela nova realidade esboçada pela conquista.

---

<sup>22</sup> CARTA de Sua Majestade para o Senhor Antônio Teles da Silva sobre os excessos de Paulo Barbosa, para se remeterem os Autos ao Conselho Ultramarino. Lisboa, 19 de maio de 1646. DHBN – Vol. XVII, p. 323 e 324.

A cidade de Porto Seguro, bem como a maior parte da região que compreendia a antiga Capitania de Porto Seguro, alimenta e é alimentada pela memória do episódio da chegada da esquadra cabralina a sua costa em abril de 1500. Por outro lado, a experiência concreta da colonização portuguesa nesse território bem como a história dos povos que o habitavam antes da chegada dos europeus ficou legada ao obscurantismo.

De maneira geral, tal condição pode ser considerada como produto do comprometimento com a construção de uma história da nação levando em consideração a oposição entre civilização e barbárie em que o europeu assumiu o papel sacralizado de missionário civilizador. Assim, a construção da historiografia nacional esteve ligada a formação de uma memória a serviço da política a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no período imperial, que teve como missão selecionar e “pinçar, no ‘vertiginoso repertório’ do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente” (GUIMARÃES, 1997, p. 76). Todavia, ao longo deste processo elegeu-se exaltar os grandes feitos dos heróis e ressaltar a importância da influência europeia no processo de evolução social.

Entretanto, a ausência de interesse por parte dos historiadores em pesquisar e analisar a experiência histórica da capitania em questão escondeu por muito tempo uma série de possibilidades que ultimamente tem sido explorada em função de uma série de fatores. O primeiro deles diz respeito às novas abordagens, sobretudo nos estudos que tendem a buscar alternativas ao enfoque centrado na economia agroexportadora baseada na grande lavoura de cana e na produção de açúcar. Há algumas décadas alguns trabalhos tem se voltado à análise do mercado interno, buscando identificar fatores de acumulação endógena a partir do desenvolvimento da produção de víveres para abastecimento da colônia.

Associado a esse processo houve a abertura para o estudo de regiões da América portuguesa que não se enquadraram na economia açucareira, sobretudo, no que diz respeito à utilização em larga escala da mão de obra escrava africana como principal fator de produção. Nesse caso, a continuidade da exploração da mão de obra indígena livre e escrava assumiu papel

preponderante como demonstrou John Monteiro em relevante trabalho sobre as origens de São Paulo (Cf. MONTEIRO, 1994).

No que toca a questão indígena, um novo olhar sobre a atuação das populações que habitavam a Capitania de Porto Seguro foi inaugurado a partir do trabalho da antropóloga e historiadora Maria Hilda Paraíso que analisou, densamente, o avanço da conquista e devassamento da chamada “zona tampão”, composta pelos territórios das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Destacando a atuação indígena, estudou as transformações da política indígena e indigenista ao longo do tempo, todavia, não deu prioridade às especificidades da Capitania de Porto Seguro por não ser o objetivo central do trabalho (Cf. PARAÍSO, 2014)

A temática indígena nos estudos de História tem se renovado e há uma importante produção acerca da resistência a partir das noções de ressignificação e apropriação cultural por parte dos índios. Nesse sentido, essa perspectiva, orientada a partir da cultura tende a considerar a relação dos índios com o universo colonial “como um processo de resistência adaptativa” considerando os aldeamentos “como espaço de interação entre grupos sociais e étnicos diversos, nos quais os índios aprendiam novas práticas culturais e políticas por eles reelaboradas a partir de seus próprios valores e tradições” (ALMEIDA, 2003, p. 260).

Não obstante, dentre as múltiplas possibilidades de categorização dos fatos apresentados na documentação consultada acerca do assunto a nossa opção, no presente trabalho, foi por priorizar outras formas de resistência. Seguindo essa perspectiva, “as múltiplas maneiras de resistir durante os muitos séculos de colonização marca[ram] a história dessas relações étnicas conturbadas, preche de negociações e de confrontos simbólicos e físicos” (PARAÍSO, 2015, p. 106).

Nesse sentido, é possível entender que o processo de colonização se deu com os índios que atuaram ora colaborando, ora resistindo, impactando nos caminhos definidos pela Coroa portuguesa para a colonização do espaço americano sob seu domínio. Assim, é importante frisar que a participação indígena no processo de formação do território não se deu somente a partir das

contribuições culturais como na constituição da toponímia, hábitos alimentares, festas, mas na ação política consciente.

Paraíso (2015, p. 106-107), a partir da abordagem proposta por Gohn (2008) considerou as resistências como movimentos sociais decorrentes da identificação de desigualdades sociais nas relações estabelecidas que tem como elemento impulsionador a tomada de consciência e, conseqüentemente, a ação com o objetivo central de transformação da realidade vivida por determinado grupo.

### **Referências Bibliográficas.**

ACCIOLI, Ignácio; AMARAL, Braz do. *Memórias políticas e históricas da Bahia*. Salvador: Imprensa oficial, 1919, v 1.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CASTELNOU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580 – 1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREITAS, Antonio F. G. de e PARAÍSO, Maria Hilda B. *Caminhos ao encontro do mundo. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul*. Ilhéus: Editus, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*. In: Caderno CRH, Salvador, v. 1, n. 54, p. 439 – 455.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

- GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I - Livro III – Capítulo II – 5, p. 205. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- LINEBAUGH, Peter. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras holandesas na Bahia*. Tese de dourorado. Salvador, PPGH-UFBA, 2010.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia). UNICAMP, SP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NAVARRO, Azpilcueta, et. alli. *Cartas avulsas: 1560 – 1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1998.
- NEVES, Luis Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Revolta indígena na Capitania de Ilhéus: o Atlântico açucareiro e o trabalho indígena*. In: *Cadernos de História*. Minas Gerais: PUC-Minas, 2015.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial. In: CUNHA, M<sup>a</sup> Manuela C. da. (org) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Fapesp/SMC, 1992.
- PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. *Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa: 1640 – 1700*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas – SP, 2007.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, pp. 123-140.

RIBEIRO, Darcy. *Uirá sai à procura de Deus*. São Paulo: Global, 2016.

SZTUTMAN, Renato. *O profeta e o principal. A ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2006.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar. 1981.